

HIPERMEDICALIZAÇÃO PSQUIÁTRICA EM MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE

Carolina Luzia Barcelos Rocha¹; Ana Júlia Teixeira Teotonino¹;
Ana Laura Soares Vieira¹ Msc. Juliana Tomé Pereira⁴

Centro Universitário de Belo Horizonte – UniBH

¹ Acadêmica de Medicina do Centro Universitário de Belo Horizonte – UNIBH; Carolinabarcelos76@gmail.com

² Docente do Centro Universitário de Belo Horizonte – UNIBH;

Introdução

As Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) são entidades sem fins lucrativos, formadas por qualquer grupo de pessoas da comunidade, que auxiliam o Estado na execução penal e na administração do cumprimento das penas privativas de liberdade. (AGUIDA ET AL, 2020)

As taxas de encarceramento feminino tiveram um aumento de 525% entre 2000 e 2016. Além disso, a prevalência de transtornos psíquicos é maior em presos do que na população em geral, no caso das mulheres privadas de liberdade a taxa, por exemplo, de depressão é ainda mais elevada sendo 14,1 % e nos homens de 10,2% (BISPO ET AL, 2021).

No Brasil, a população feminina consome cerca de duas a três vezes mais psicofármacos, quando comparada à masculina. A hipermedicalização é um problema recorrente dos pacientes no sistema de saúde e está relacionado a problemas com diagnósticos errôneos e forma incorreta de tomar os remédios. Em pacientes psiquiátricos esse problema também está relacionado com a falta de um acompanhamento com a equipe multidisciplinar. (BRASIL, 2014; SALMORIA, 2019; COSTA, 2007).

Diante disso, estabelecemos a seguinte pergunta de pesquisa: “Em mulheres privadas de liberdade, existe o uso adequado, de acordo com as recomendações terapêuticas com evidência científica, de medicamentos psiquiátricos?”.

Objetivos

Analisar as prescrições médicas de medicamentos psiquiátricos junto a mulheres privadas de liberdade na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados feminina de Belo Horizonte (APAC).

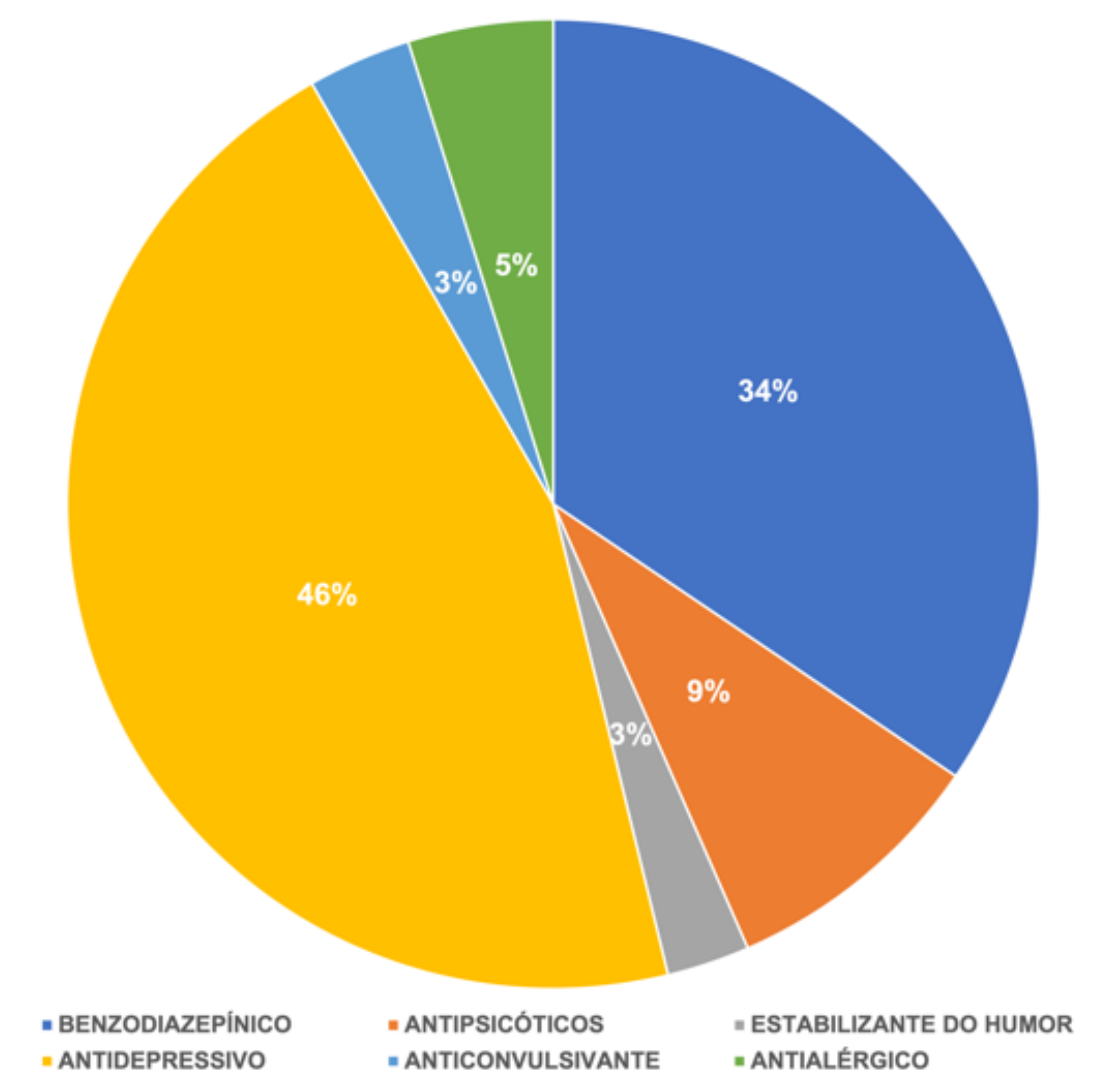
Métodos

Trata-se de um estudo retrospectivo, realizado na APAC, no município de Belo Horizonte em Minas Gerais. Foi realizada leitura rigorosa dos prontuários disponíveis na instituição, com intuito de análise das prescrições médicas psiquiátricas das mulheres. O projeto de pesquisa, juntamente com o instrumento de coleta de dados foi submetido à análise e aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Belo Horizonte, tendo obtido aprovação. Junto a esses documentos foi encaminhada a Carta de Anuência para autorização da realização da pesquisa nas dependências da APAC. Vale ressaltar que foi enviada uma Carta de apresentação descrevendo os pontos principais da pesquisa e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aos participantes, para garantia da livre escolha de participação e o direito à não identificação. A partir da leitura dos prontuários, realizada entre maio e junho de 2023, foram coletadas as seguintes informações para avaliação dos objetivos da pesquisa: idade, tempo de admissão no sistema prisional, diagnósticos, medicamentos, ano da última receita médica, ano da primeira receita médica com a medicação e tratamentos não farmacológicos coadjuvantes.

Resultados

Foram analisados 128 prontuários, incluindo os regimes semiaberto e fechado, sendo que 82 mulheres fazem o uso de algum psicofármaco. A idade média das mulheres em uso dos medicamentos psiquiátricos variou de 24 a 62 anos de idade, encontrando-se picos de 26, 33, 38 e 39 anos. Observa-se que o medicamento em maior uso foi o Clonazepam, seguido pela Fluoxetina e a Amitriptilina. O **Gráfico 1** demonstra a classe de medicamento mais tomadas, considerando que grande parte delas fazem uso de mais de uma classe.

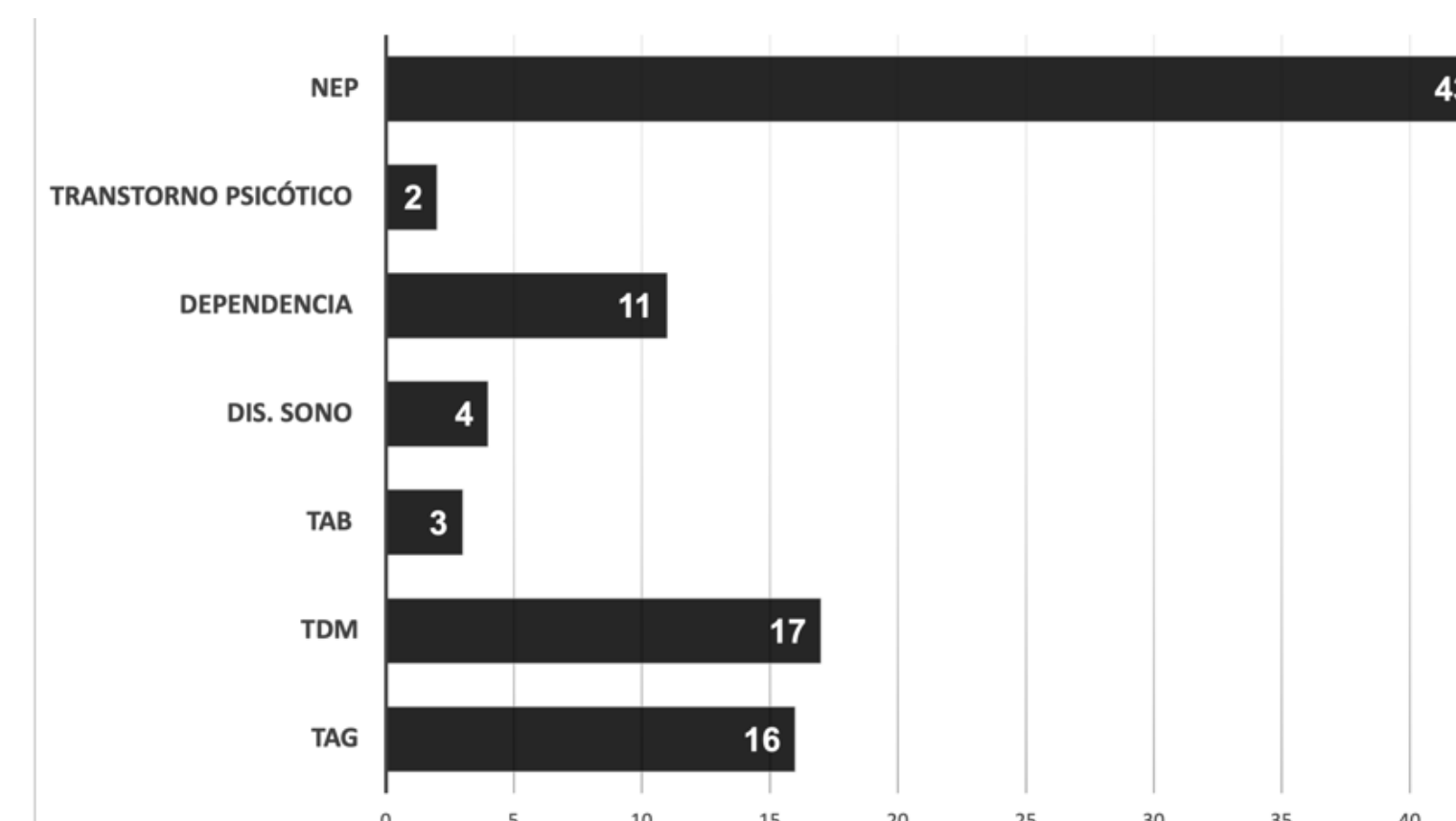
Gráfico 1 – Classe de medicamentos X Número de mulheres



Fonte: Autoria Própria

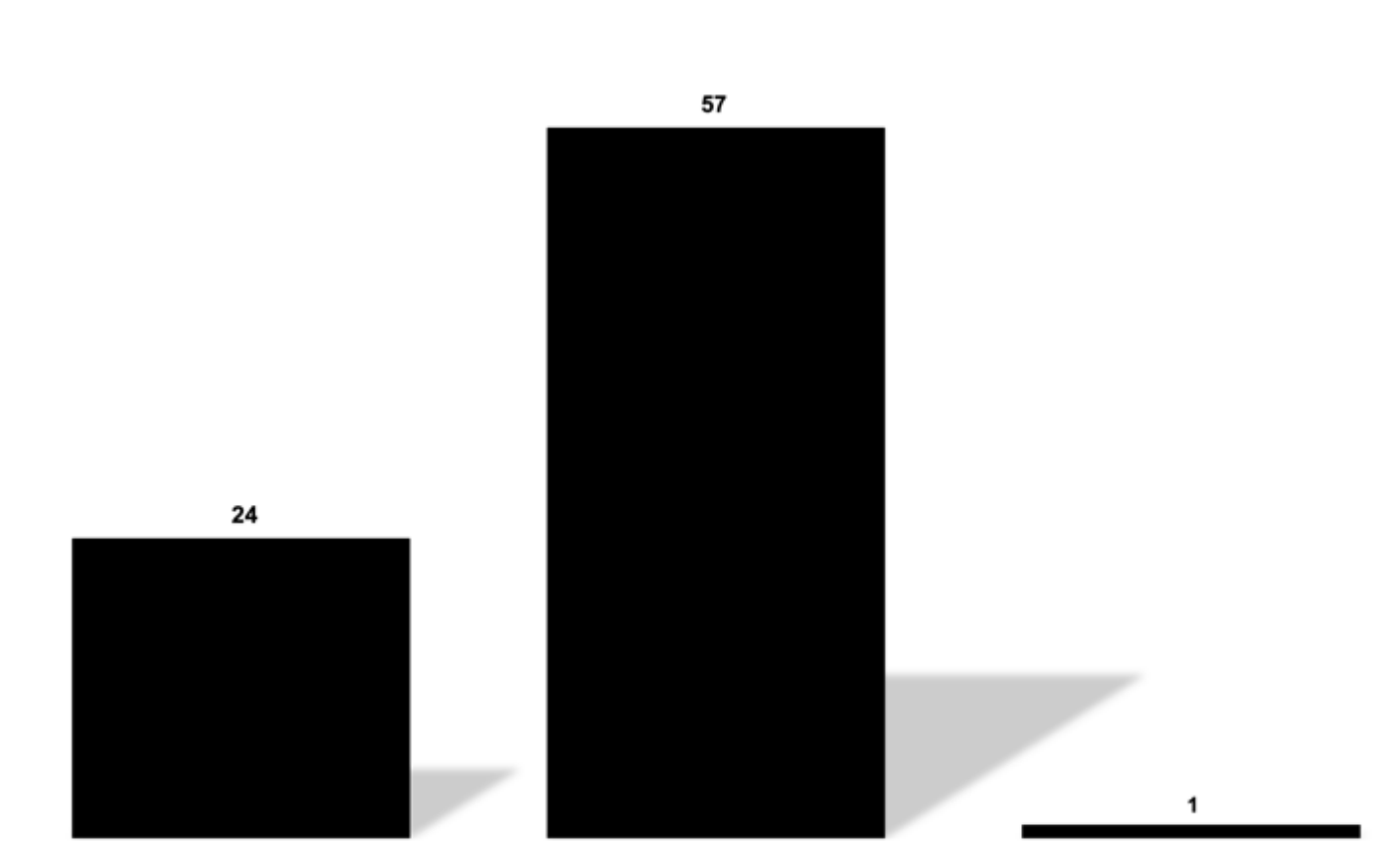
O **Gráfico 2** ilustra os diagnósticos mais prevalentes, assim como o número de mulheres sem nenhum registro em prontuário de condições que justifiquem o uso do medicamento. Além disso, o **Gráfico 3** demonstra a relação de recuperandas que fazem o uso de alguma medida não farmacológica no tratamento. Por último o **Gráfico 4** demonstra o ano da renovação da última receita encontrada, assim como o **Gráfico 5** resume ano da primeira receita, a fim de demonstrar o tempo de uso do medicamento.

Gráfico 2 – Diagnóstico X Número de mulheres



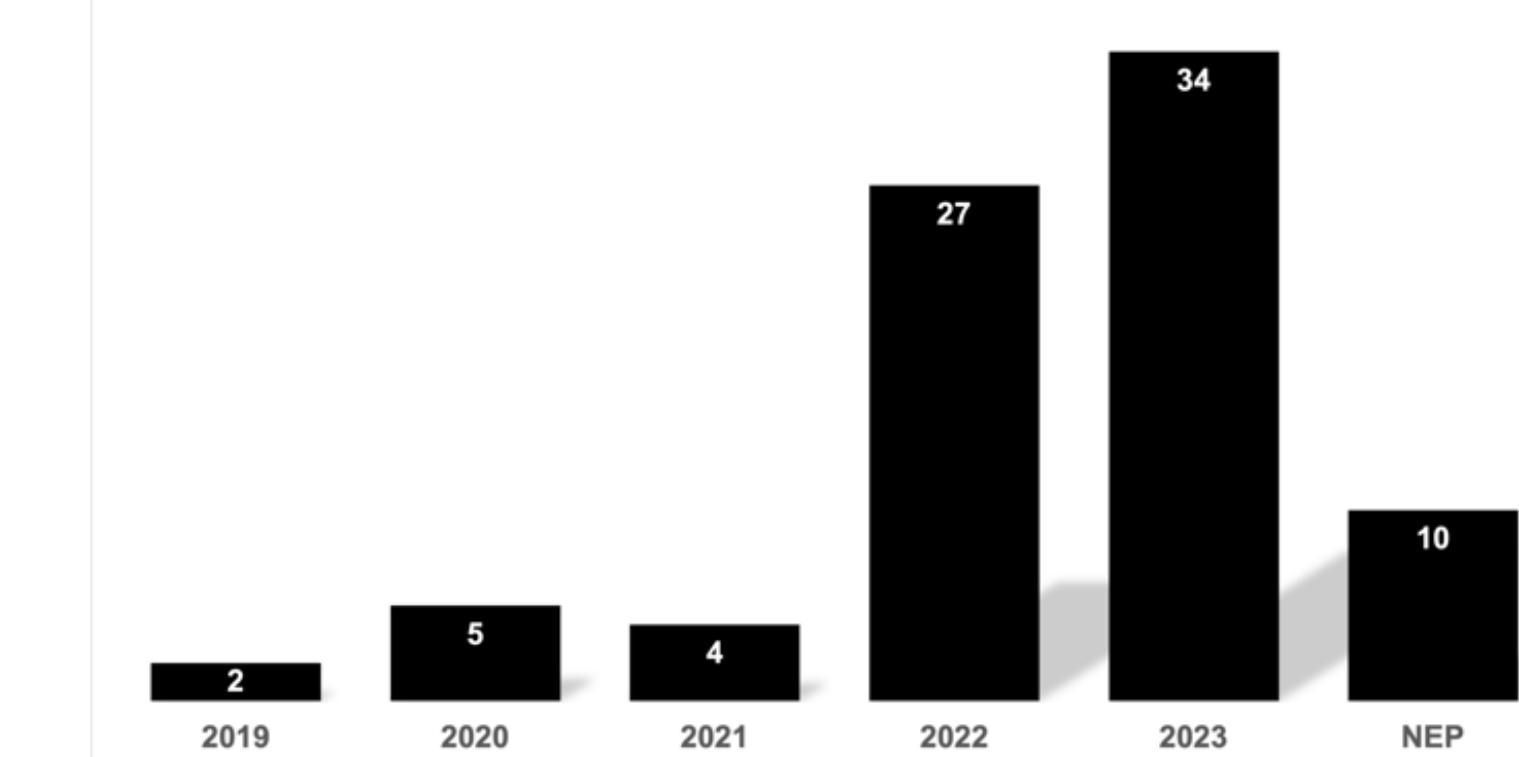
Fonte: Autoria Própria

Gráfico 3 – Não farmacológico X Número de mulheres



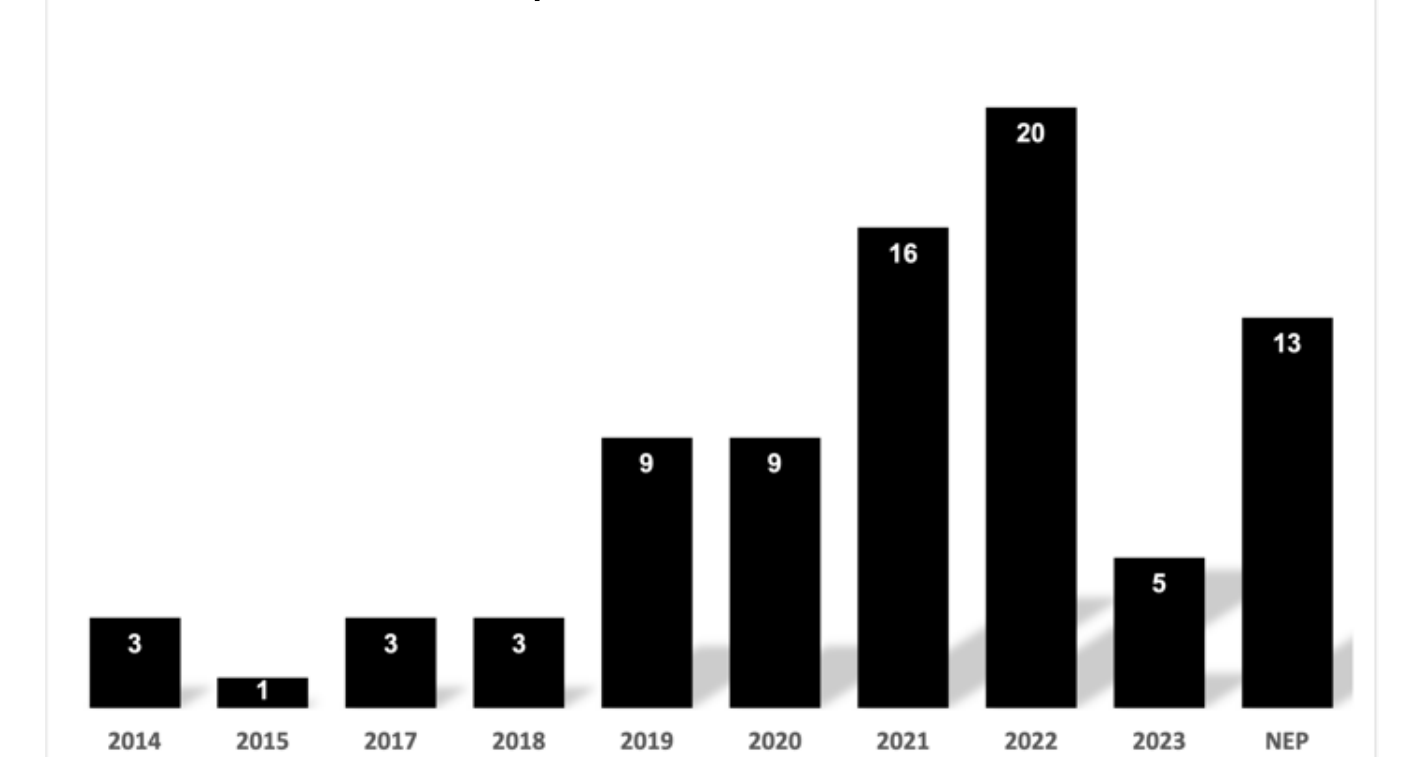
Fonte: Autoria Própria

Gráfico 4 – Ano da última receita X Número de mulheres



Fonte: Autoria Própria

Gráfico 5 – Ano da primeira receita X Número de mulheres



Fonte: Autoria Própria

Conclusões

Foi identificado poucas receitas atualizadas e muitas delas seguindo um fluxo de apenas renovação sem consultas médicas, o que contribui para a falta de informação nos prontuários, com isso várias mulheres recebem um esquema de tratamento generalizado e sem qualquer meta, levando ao uso de medicamentos indicados para condições agudas de forma crônica, muitas vezes apenas substituindo dependências ou escondendo problemas em sedação. Ademais, vale ressaltar a quantidade ínfima de mulheres em tratamentos não farmacológicos. Concluímos que ocorre uma hipermedicalização destas mulheres, que, no geral, predispõe a novas dependências e não acrescenta como uma terapia em si.

Bibliografia

BISPO, F.; PedrosaT. de M. M.; BeloF. M. P.; CezárioL. A.; MendonçaA. de L.; FrançaA. M. B. de; MeloG. B. de. Perfil de saúde física e mental de homens e mulheres privados de liberdade: um estudo comparativo. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 13, n. 9, p. e8532, 16 set. 2021.

LUANA VERIATO SCHULTZ, ÁGUIDA.; GUTERRES DIAS, M. T.; DOTTA, R. M. Mulheres privadas de liberdade no sistema prisional: Interface entre saúde mental, serviços sociais e vulnerabilidade. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 19, n. 2, p. e36887, 22 dez. 2020.

SALMORIA, Jaqueline. O Uso Excessivo De Medicamentos Psicotrpicos. ARES UNA-SUS, 15 Maio 2019, Disponível em: <https://ares.unasus.gov.br/acervo/handle/ARES/12789>. Acesso em: 15 mai. 2022.